



# **5ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: “Racismo Institucional, Terra e Território”**

SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS  
SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS  
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Brasília, 29 novembro de 2017

# TEMAS EM PAUTA NA CASA CIVIL

1

- Territórios Indígenas e Quilombolas

2

- Regularização Fundiária

3

- Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar

# TERRITÓRIOS INDÍGENA E QUILOMBOLA

- Duas propostas de Decreto para homologação de TI em análise na Casa Civil:
  - Terra Indígena Uneiuxi (AM)
  - Terra Indígena Baia dos Guató (MT)
- Nove propostas de Decreto para declaração de interesse social para fins de desapropriação de TQ em análise da Casa Civil:
  - Território Quilombola Galvão (SP)
  - Território Quilombola Lagoa Santa, em Ituberá e Nilo Peçanha (BA)
  - Território Quilombola Capão das Gamelas, em Seabra (BA)
  - Território Quilombola Desidério Felipe de Oliveira e Picadinha (MS)
  - Território Quilombola Sacopã (RJ)
  - Território Quilombola Porto Velho (SP)
  - Território Quilombola Limoeiro (RS)
  - Território Quilombola São Benedito (RJ)
  - Território Quilombola Palmas (RS)

# TERRITÓRIOS INDÍGENA E QUILOMBOLA

- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239:
  - Questiona o Decreto nº 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de quilombolas.
  - Aguardando conclusão do julgamento para que análises de desapropriação sejam realizadas com a devida segurança jurídica.
- Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU:
  - Vincula a Administração Pública Federal a aplicar a **tese do marco temporal** para todas as Terras Indígenas.
  - Fixou as “salvaguardas institucionais às terras indígenas”, as quais constituem normas decorrentes da interpretação da Constituição e, portanto, devem ser seguidas em todos os processos de demarcação de terras indígenas.

# REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Regularização fundiária e reconhecimento da titularidade da terra como prioridades de governo.
- Os documentos de titulação possibilitam o acesso a políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outros.
- Lei nº 13.465/2017 com o propósito de tornar o processo de regularização fundiária, rural e urbana, mais célere:
  - Alterou a Lei nº 8629/2003, que dispõe sobre o PNRA,
  - Alterou a Lei nº 11.952/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal, e
  - Instituiu a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) para núcleos urbanos informais.
- Os decretos de regulamentação estão em fase final de elaboração.

# REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

## Rural

- Garantir titulação e infraestrutura de assentamentos da reforma agrária e das áreas quilombolas, com condições mínimas para a produção.
- Destinar e regularizar terras públicas federais na Amazônia Legal por meio do Programa Terra Legal.
- Concessão de autorização de uso sustentável a povos e comunidades tradicionais, por meio de Termo de Autorização de uso.

## Urbana

- Garantir apoio técnico, jurídico e administrativo aos Estados e Municípios, priorizando os núcleos urbanos de interesse social localizados em terras públicas da união.
- Tornar mais eficiente a REURB-S, nos imóveis da União ocupados por famílias de baixa renda, de modo a garantir o direito social à moradia.

# REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Modalidade e órgão	Acumulado 2003-2016	Emitidos 2017
CCU (INCRA)	20.152	77.547
TD (INCRA)	13.455	16.717
TDCR + CDRU (SEAD rural)	28.370	1.511
TD (SEAD urbano/doação)	418	32
TD (SRA/SEAD)	61.914	8.821
SPU	60.962	21.867
Ministério das Cidades	ni	ni
Totais	185.271	126.495

Fonte: SAM/CC

# INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR

- **Programa de Aquisição de Alimentos (em tramitação na Casa Civil):**
  - Alterações no Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012 propõem melhorias no marco legal do PAA para garantir a institucionalidade e consistência da sua gestão e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de sua execução.
- **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (em tramitação na Casa Civil):** novo Decreto com o fim de regulamentar o instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e atualmente regulamentado pelo Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011. Tem objetivo de:
  - Ampliar as capacidades produtivas das famílias rurais mais pobres, para que possam, a partir do trabalho próprio, aumentar a produção de alimentos e a renda.
  - Diversificar arranjos de execução do programa para aprimorar o acompanhamento dos beneficiários, de forma a aumentar o acesso à atividade produtiva para populações pobres das áreas rurais.



# PRIORIDADES DE GOVERNO

- São temas prioritários do Governo:
  - Regularização fundiária (urbana e rural) e inclusão produtiva rural.
  - Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER
  - Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais
  - Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais
  - Compras públicas da Agricultura Familiar: PAA, PNAE e Compras Institucionais
- Monitoramento pela Casa Civil das metas, entregas e pontos de atenção de cada programa.
- Forma de priorizar destinação orçamentária em contexto de crise fiscal.

**OBRIGADA.**

**FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA**

Subchefe Adjunta de Políticas Sociais

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas  
Governamentais

Casa Civil da Presidência da República

